

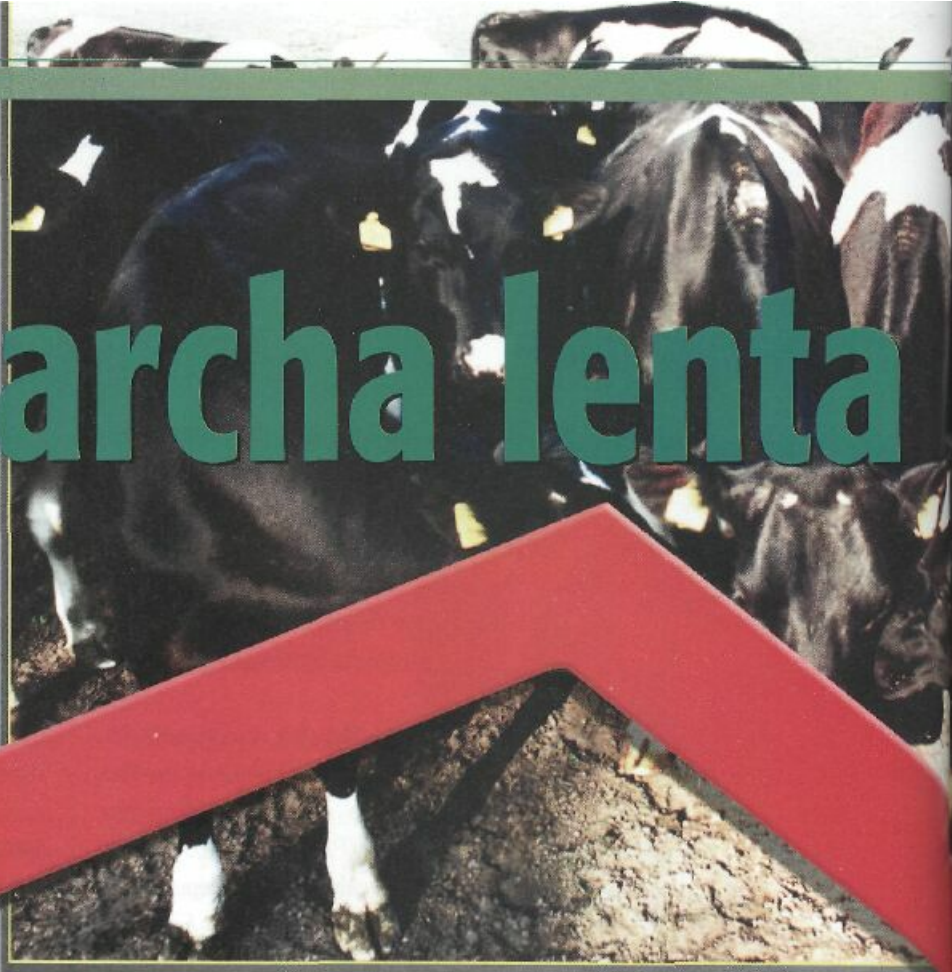
Em marcha lenta

Falta de financiamento e alta de preços de insumos prejudicam a próxima safra, que deve recuar 3%. Mas o maior risco pode estar em 2010

por Thiago Velloso*

Mesmo antes de atingir seu ápice, em outubro último, a crise financeira já afetava o agronegócio brasileiro. Desde o final do ano passado, as dívidas de agricultores se acumularam, atingindo em setembro cerca de R\$ 140 bilhões. Para agravar a situação, faltou crédito para o plantio da safra 2008/09, houve redução de demanda do mercado externo e as *commodities* ingressaram num ciclo de declínio de preços.

No período de plantio da safra atual, além do crédito minguante, os produtores se depararam com forte depreciação do real, o que impactou os custos de insumos, como fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes. E a tendência, segundo especialistas, é de piora, caso o governo e o setor não encontrem





PRODUÇÃO: o temor dos especialistas é com a safra 2009/10

soluções para reverter esse quadro.

"A agricultura está em uma situação grave de crédito, principalmente para o lavrador do Centro-Oeste, que concentra a maior parte da produção de grãos, sobretudo de soja", relata Benedito da Silva Ferreira, diretor do Departamento do Agronegócio (Deagro) da Fiesp.

As estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), alinhadas com as apresentadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), apontam para uma redução da ordem de 3% da safra de 2009, em comparação à de 2008, não ultrapassando, assim, 140,8 milhões de toneladas. Trata-se do primeiro recuo da colheita desde 2005.

Muito desse resultado guarda relação com a crise financeira mundial e a escassez dos empréstimos voltados para o plantio. Diferentemente de anos interiores, os agricultores não dispuseram das linhas de crédito oferecidas pela *trading*s, correspondentes a cerca de 30% da demanda de receitas dos agricultores.

"Os agricultores se viram obrigados a lançar mão de recursos próprios num

momento em que estavam sem capital", explica Cesário Ramalho da Silva, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB). Descapitalizados e sem crédito, mesmo após refinanciamento de quase R\$ 70 bilhões em dívidas, concluído em setembro, muitos não conseguiram captar novos recursos.

MODELO ESGOTADO. Especialistas do agronegócio entendem que, embora potencializado pela crise mundial, o problema setorial está centralizado no modelo defasado de financiamento da

A agricultura está em uma situação grave de crédito, principalmente para o lavrador do Centro-Oeste

produção. Afirmam, por exemplo, que os agricultores não são formadores de preços, sujeitos às oscilações e volatilidades imprimidas pelo mercado internacional.

Além disso, os mecanismos de securitização são deficientes, incapazes de cobrir os riscos inerentes ao setor, como fatores climáticos e oscilações de preços. "O modelo de crédito está falido, muito vinculado ao Banco do Brasil", observa Ferreira. "Ele foi desenvolvido quando o Banco do Brasil respondia por 60% ou 70% do financiamento do setor. Houve um crescimento do agronegócio, mas não um acompanhamento, um suporte, para essa nova realidade", acrescenta Ramalho da Silva.

Não por outro motivo, com alguma frequência a imprensa noticia a necessidade dos agricultores de refinanciamento de seus débitos. "Embora seja a atividade que tem gerado mais emprego, renda maior para o trabalhador e uma distribuição mais equitativa da riqueza pelas diversas regiões brasileiras, não há garantia de renda", diagnostica Ramalho da Silva. "Um novo modelo, que assegure ao agricultor tranquilidade permanente em sua atividade, é questão estratégica para toda a sociedade", argumenta.

Exatamente por isso, representantes do agronegócio, como a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), SRB e Fiesp, discutem com os ministérios da Fazenda, Agricultura e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em conjunto com o Tesouro Nacional, uma nova política agrícola para o País.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou recentemente que o Banco do Brasil estuda novas medidas de financiamento agrícola. A conta ainda é, entretanto, de difícil solução: envol-

vê uma nova estrutura de financiamento e perdão de parte das dívidas. O novo modelo precisará também passar pelo crivo do Congresso Nacional e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Também se faz necessário, segundo o presidente da SRB, repensar o modelo tributário aplicado ao setor, com carga de 22% do Produto Interno Bruto (PIB) Agrícola, a maior do mundo e, portanto, totalmente desalinhada com a exercida por países concorrentes do Brasil.

ABASTECIMENTO GARANTIDO. Em meio a todos os problemas do setor, o presidente da SRB afirma que o País não enfrentará problemas de abastecimento no próximo ano, apesar da pequena quebra de safra. Diferentemente da lógica econômica, que estabelece preços relativos maiores diante de menor oferta de

bens e serviços, Ramalho da Silva acredita que não haverá pressão inflacionária a ser gerada pelos alimentos em 2009.

"Não haverá aumento de preços porque, com a crise global, a demanda menor tem reduzido o valor das *commodities* no mercado internacional. Então, é muito provável que os preços sejam inclusive inferiores aos atuais", analisa.

A preocupação persiste, entretanto, para o futuro. "Enxergamos problemas muito sérios para a safra 2009/10. E preciso equacionar o endividamento e a renda do agricultor e pensar em soluções como subsídios de fretes para o transporte da safra", sugere Silva Ferreira.

"Se 2009 for um ano ruim para o agricultor, 2010 será ruim para o Brasil", enfatiza Roberto Rodrigues, presidente do Conselho Superior de Agronegócios da Fiesp. Na avaliação dele, as ações tomadas pelo governo

até o momento foram importantes, mas insuficientes. Ele defende a adoção de uma política de preços mínimos. Com a redução dos riscos, os bancos teriam segurança maior para liberar mais empréstimos. "Estamos numa guerra e temos que usar as armas de que dispomos", compara.

Conforme levantamento da SRB, o aumento dos custos de produção deve chegar próximo a 20% no segundo semestre de 2009. O mesmo acontece com as taxas de juros, que saltaram de 9% a 10% para 12% a 22%. Teremos dificuldades para colheita da safra. O governo deverá exercer política de preços mínimos e compor estoques, mas como vai ficar a safra 2009/10?", questiona Ramalho da Silva. A dúvida e a crise persistem.

^Colaborou Sandra Nascimento

Vítima da crise

A Companhia Albertina é um dos marcos de Sertãozinho, região de Ribeirão Preto, no interior paulista. Fundada em 1922 e hoje responsável por cerca de 1,8 mil empregos diretos, a produtora de açúcar e álcool se viu obrigada, em setembro, a ingressar com um pedido de recuperação judicial para renegociar cerca de 30% de sua dívida, cujo montante gira em torno de US\$ 100 milhões.

Conforme explica Gabriel Andrade, responsável pela área de reestruturação financeira da Arsenal Investimentos, contratada para renegociar a dívida da usina, a combinação de três fatores comprometeram as finanças

da organização.

Primeiro, pesou a queda do preço do açúcar no mercado internacional, que há dois anos estava em cerca de 0,18 libra/peso, passou para 0,09, no ano passado, e atualmente está em 0,12. Assim, a receita da companhia foi prejudicada. Depois, como parte dos passivos estava contratada em moeda estrangeira, a desvalorização do real atingiu em cheio a dívida da empresa.

"A situação não seria letal se não houvesse a crise financeira, o terceiro fator, que em proporções avassaladoras impediu a rolagem da dívida por falta de liquidez. Por isso a opção pela recuperação judicial. Assim, tivemos acesso a algumas

linhas de crédito e abrimos margem de manobra", explica Andrade.

O executivo relata que o problema caminha para uma solução amigável com os credores. "A vida continua, o negócio segue seu caminho, os fornecedores estão nos abastecendo e mantemos a produção", pontua. A dificuldade está longe de ser, entretanto, um problema exclusivo da Albertina. O noticiário de empresas do setor sucroalcooleiro informa sobre organizações que, por razões semelhantes, estão renegociando dívidas e podem ser adquiridas por concorrentes domésticos ou internacionais.